

Acritica
15/5/98 A-5
196

Índio ganha conselho de educação

Euzivaldo Queiroz

O Conselho de Educação Escolar foi instituído ontem pelo governo, no encerramento do seminário

O governador Amazonino Mendes assinou ontem o decreto instituindo o Conselho Interinstitucional de Educação Escolar Indígena do Amazonas, no encerramento do 1º Seminário de Educação Escolar Indígena, no Centro de Treinamento Padre Anchieta da Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

O secretário estadual de Educação, Humberto Michilles, vai instituir uma comissão provisória que terá 120 dias para instalar o conselho, atendendo às propostas tiradas do seminário. O conselho terá, em princípio, 15 membros e será constituído por representantes das lideranças indígenas, organizações não-governamentais e do governo estadual. Conforme reivindicação dos indígenas, a representação será paritária, com participação do mesmo número de brancos e índios.

Neste período, será elaborado o regimento interno do conselho, que irá pautar sua atuação na formulação de uma política pedagógica diferenciada para as comunidades indígenas. O regimento será aprovado em assembléia com a participação de representantes das principais comunidades. Segundo o consultor da Seduc, antropólogo Ademir Ramos, um dos objetivos do conselho é garantir que a educação escolar oferecida aos indígenas obedeça a três princípios: educação diferenciada, processo de auto-aprendizagem e respeito às diversidades culturais, incluindo a manutenção da língua materna.

"Não vai ser o governador ou o secretário de Educação irão determinar as bases da escola indígena, mas os próprios índios serão os sujeitos deste processo", explicou Ramos. Representantes das comunidades indígenas receberam kit's do material educacional editado pela Seduc, mas com o conteúdo todo elaborado pelo índio sateré-maué.

"Os indígenas terão uma gestão autônoma em todo o seu processo educacional", garantiu o secretário Humberto Michilles. Ele anunciou a criação do Instituto de Educação Rural e Indígena (Ieri-AM), em substituição ao atual Ieram.



Amazonino (ao centro) garantiu ontem que dará implementos agrícolas para comunidades indígenas

Delimitadas terras indígenas

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sullivan Silvestre, assinou durante o encerramento do 1º Seminário de Educação Escolar Indígena a portaria de identificação e delimitação das terras indígenas do Vale do Javari. Com área superior a 8,4 milhões de hectares, a medida contempla os grupos indígenas do Alto Jutai, kanamarí, korubo, kulina (arawá), kulina (pano), marubo, matis, mayá, mayoruna, índios do jandiatuba e outros.

As terras em questão estão localizadas nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai e

São Paulo de Olivença, no Alto Solimões, e são constantemente utilizadas pelos madeireiros e garimpeiros da região. "É um passo enorme para a demarcação e garantia das terras. Temos agora 90 dias para o princípio do contraditório e após este período aguardaremos a portaria declaratória do Ministro da Justiça", disse.

De acordo com Silvestre, com o reconhecimento oficial da área fica mais fácil aos governos federal, estadual e municipal resolver os conflitos na região. "Os índios isolados, que são muitos no local, agora estão mais protegidos", observou.

Márcio Silva - 23/dez/97



Silvestre: "Os índios isolados estão agora mais protegidos"

Cinco aldeias vão ter energia solar

As comunidades indígenas do Amazonas irão receber implementos agrícolas, incluindo tratores, motores de rabetá e grupos geradores e sacolas de rancho mensais, dentro do programa de interiorização do governo estadual. A garantia foi dada ontem pelo governador Amazonino Mendes. "Não adianta só dar a terra para os índios. É preciso dar condições para que as comunidades façam bom uso desta terra", enfatizou.

Amazonino também anunciou a criação de um programa piloto para a instalação de energia solar em cinco aldeias em uma primeira etapa. "Se tudo correr conforme nossa expectativa, iremos estender este programa para as demais comunidades indígenas do Amazonas", garantiu. Além de autorizar a modificação do Ieram, que passará a ser Ieri-AM, ampliando seu público alvo para os grupos indígenas, o governador também disse que deverá criar um secretaria especial para a assessoria aos negócios indígenas.